

## Congresso aprova o envio de mais 1.300 militares ao Haiti

Proposta votada ontem dobra o contingente brasileiro na missão das Nações Unidas no país devastado pelo terremoto. Envio de 900 militares será imediato – outros 400 ficarão de prontidão

Reunida ontem no Plenário do Senado, a Comissão Representativa do Congresso Nacional aprovou, em votações simbólicas, projeto de decreto legislativo (PDS-CRCN 1/10) que autoriza o envio de mais 1.300 militares brasileiros ao Haiti. Desses, 900 serão enviados imediatamente e outros 400 ficarão de prontidão em território nacional.

As tropas vão se somar a outros 1.300 militares que já se encontram naquele país, vitimado por um devastador terremoto em 12 de janeiro. A decisão vai à promulgação.

Os militares brasileiros compõem a Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (Minustah, em francês). Desde o terremoto, o contingente brasileiro vem atuando na segurança, distribuição de água e alimentos, no atendimento a feridos e desabrigados e agora, com o fim oficial da procura por sobreviventes, vai auxiliar na reconstrução da infraestrutura haitiana.

Em 21 de janeiro deste ano, o Congresso recebeu mensagem do presidente Lula solicitando autorização para o reforço das tropas brasileiras no Haiti. A mensagem presidencial foi acompanhada de exposição de motivos assinada pelos ministros da Defesa, Nelson Jobim, e das Relações Exteriores, Celso Amorim. No documento, os ministros afirmam que o terremoto de 12 de janeiro “produziu graves consequências humanitárias, destruiu a infraestrutura do país e reduziu drasticamente a capacidade de atendimento às necessidades básicas da população”.



Fotos de Gerardo Magela

Comissão Representativa do Congresso Nacional se reúne no período de recesso parlamentar para examinar mensagem do presidente da República

Dizem ainda que a Polícia Nacional Haitiana perdeu quase 50% de sua capacidade após o terremoto e que o aumento do efetivo brasileiro foi determinado pelo próprio secretário-geral Ban Ki-Moon e pelo Conselho de Segurança da ONU.

O efetivo de novos 1.300 militares será composto por um batalhão de infantaria (750 militares), uma companhia de polícia do Exército (150 militares) e mais 400 militares que ficarão de prontidão para

se deslocarem ao Haiti caso necessário.

Ao ser recebida pela Comissão Representativa, a mensagem presidencial foi numerada como Mensagem da Comissão Representativa do Congresso Nacional 1/10.

Designado relator, o deputado federal Mauro Benevides (PMDB-CE) apresentou em Plenário parecer favorável à aprovação, nos termos do Projeto de Decreto Legislativo (PDS-CRCN) 1/10.

### Novas tropas

Projeto de decreto legislativo define composição do efetivo que deverá ajudar no processo de recuperação do Haiti



### Raupp diz que “é preciso manter viva a corrente de solidariedade”



Valdir Raupp

Ao manifestar seu apoio à iniciativa do governo federal de duplicar o efetivo de militares do Brasil no Haiti, o senador Valdir Raupp (PMDB-RO) conclamou a sociedade brasileira a “manter viva a corrente de solidariedade espontaneamente formada por ocasião do terremoto”.

– Ao sentimento de derrocada que o terremoto no Haiti nos causou a todos, responderemos com trabalho, solidariedade internacional, auxílio econômico, apoio logístico e operacional, donativos privados e até mesmo adoções de órfãos haitianos.

Raupp transmitiu sua solidariedade aos familiares dos militares falecidos, bem como às famílias do diplomata Luiz Carlos da Costa e da médica Zilda Arns, que também perderam a vida durante o terremoto.

### João Ribeiro elogia o governo pelas ações de apoio às vítimas



João Ribeiro

João Ribeiro (PR-TO) também defendeu, em discurso na Comissão Representativa do Congresso Nacional, a ampliação do efetivo militar brasileiro no Haiti.

– Nós não poderíamos deixar de estar aqui para cumprir nosso papel constitucional, nosso papel parlamentar de representante do povo brasileiro. Independentemente de cor, de raça, de credo e de partido político, estamos todos solidários com essa

situação triste que o Haiti vive – disse o representante do Tocantins, durante a reunião.

João Ribeiro elogiou o governo federal e as Forças Armadas brasileiras pelas ações de apoio às vítimas do terremoto no país caribenho.

### Cafeteira lembra situação do Brasil e anuncia voto contra



Epiácio Cafeteira

Afirmado que nunca votou contra o governo, o senador Epiácio Cafeteira (PTB-MA) disse, na reunião do colegiado que, “diante da situação, o Brasil não está em condições de ajudar, mas sim de ser ajudado”.

– Estamos vendo brasileiros sendo soterrados e isso é desagradável. Entendo que o Brasil tenha seus compromissos com a ONU, mas é importante que se consiga examinar a situação global. Já foram detectados

vários pontos críticos e, com toda certeza, vai morrer gente em quase todos os estados. Vou votar contra porque estou olhando os meus irmãos morrendo e não se dá uma palavra em favor deles. A imprensa prioriza a situação do Haiti e não a do Brasil.

Para senador, que preside a Comissão Representativa durante o recesso legislativo, parlamentares refletiram "o sentimento da população brasileira" ao aprovar pedido

## Sarney elogia Congresso por assegurar socorro ao Haiti

AO ELOGIAR A aprovação do projeto de decreto legislativo que aumenta o contingente militar brasileiro no Haiti, o presidente da Comissão Representativa do Congresso Nacional, José Sarney, cumprimentou os parlamentares por refletirem, num momento em que o mundo todo se comove com a tragédia do país caribenho, "o sentimento da população brasileira".

– Em meus 51 anos de Congresso Nacional, não vi um momento em que o país precisasse do Congresso e nós não estivéssemos unidos, independentemente das convicções partidárias de cada um – disse Sarney.

O presidente também homenageou os novos 1.300 militares brasileiros que irão compor a missão das Nações Unidas no Haiti, por encarnarem o "serviço humanitário que seu país está prestando ao mundo".

### Responsabilidade

Sarney contestou ontem a afirmação de que o Brasil estaria enviando recursos de forma exagerada ao Haiti, após o terremoto que afetou aquele país. Para ele, o "Brasil tem de assumir o custo de ser o maior país da América do Sul", lembrando que, antes da catástrofe, as Forças Armadas brasileiras já estavam no Haiti participando da missão das Nações Unidas para restaurar a ordem pública e promover a reconstrução do



Sarney (C) disse que Brasil sempre participou de ajudas humanitárias no mundo

país.

– A responsabilidade do Brasil no continente é muito maior. Temos de pagar o preço da nossa grandeza e o preço é essa prioridade nessa catástrofe. A prioridade deve ser, entre os pobres, os mais pobres. Essa foi uma das maiores tragédias e é necessária a ajuda do governo brasileiro. E o Congresso imediatamente se dispôs a aprovar a ajuda e o envio de mais militares àquele país – afirmou.

Questionado sobre uma suposta disputa de liderança entre os Estados Unidos e o Brasil na atuação de ajuda ao Haiti, José Sarney observou que não cabe neste momento esse tipo de discussão.

Ele ponderou que, se os EUA estão levando aos haitianos uma ajuda maior que a brasileira, isso é consequência do seu

tamanho, da sua proximidade com aquele país e da sua capacidade econômica.

– Seria menor discutir esse tipo de liderança na catástrofe. Estamos mostrando que o Brasil está dando tudo o que é possível. O Brasil sempre participou de ajudas humanitárias no mundo – acrescentou.

### Direitos humanos

Sobre as medidas previstas no decreto presidencial que criou o Programa Nacional de Direitos Humanos, Sarney salientou que o texto aborda temas polêmicos, mas o decreto em si não precisa ser votado pelo Legislativo. Já os projetos oriundos do decreto, avaliou o presidente do Senado, certamente provocarão debates no Congresso, pois "não há nenhum consenso" em torno dos assuntos tratados.

## Para Cristovam, Brasil não pode deixar solidariedade de lado

Ao defender o aumento do contingente militar brasileiro no Haiti, o senador Cristovam Buarque (PDT-DF) afirmou que a medida é necessária não apenas para o Haiti, por razões humanitárias, mas também para o Brasil, pela importância que o país conquistou no âmbito internacional.

Cristovam afirmou que, neste momento, nenhum povo sofre como o haitiano.

– Não podemos deixar a solidariedade de lado – declarou o senador.

Àqueles que defendem que os problemas brasileiros tenham prioridade sobre a ajuda ao



Cristovam Buarque

Haiti, o parlamentar disse que, "bem ou mal, o Brasil cuida de seu próprio 'Haiti', por meio de iniciativas como o programa Bolsa Família, o Sistema Único de Saúde e a aposentadoria rural".

– Já o Haiti está totalmente abandonado e precisa

de ajuda emergencial – disse Cristovam.

Quanto à importância que essa ajuda tem para o Brasil, ele argumentou que o país não pode ignorar sua responsabilidade nem a oportunidade de se afirmar internacionalmente, ao demonstrar solidariedade com um povo estrangeiro.

## Crivella: partidos governistas aprovam expansão de efetivo

No exercício da liderança do bloco do governo, Marcelo Crivella (PRB-RJ) disse ontem que os partidos da base governista apoiam a iniciativa de dobrar o efetivo brasileiro no Haiti.

Em nome do PRB e do vice-presidente da República, José Alencar, o senador também prestou homenagem



Marcelo Crivella

aos brasileiros que morreram no Haiti: 18 militares e três civis. Ele homenageou em especial a médica Zilda Arns, fundadora e coordenadora da Pastoral da Criança, vitimada pelo desabamento de uma igreja durante o terremoto que devastou a ilha

caribenha.

## Inácio Arruda lembra que país já sofria "antes do terremoto"

Favorável ao aumento do efetivo militar brasileiro no Haiti, o senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) lembrou detalhes da história do país antes do terremoto do dia 12 de janeiro, que deixou pelo menos 150 mil mortos, segundo o governo haitiano.

O parlamentar observou que, devido a uma trajetória de guerras civis, boicote internacional, preconceito e miséria, que data do período colonial, o Haiti já carregava uma "herança social brutal". Frisou, porém, que o "povo haitiano é um povo de luta".



Inácio Arruda

– O Haiti não sairá do "ai de ti" se não for pelas mãos de seu próprio povo – disse.

A declaração foi feita durante sessão do Congresso Nacional que aprovou pedido do governo para dobrar o efetivo militar na missão das Nações Unidas (ONU) comandada

pelo Brasil.

Inácio Arruda elogiou o trabalho das forças de paz e lamentou a morte dos 18 militares brasileiros no terremoto, assim como dos três civis, especialmente da doutora Zilda Arns, coordenadora da Pastoral da Criança.

## Oposição apoia aumento do contingente no Haiti

Eduardo Azeredo (PSDB-MG) disse ontem que seu partido apoia o aumento do contingente militar brasileiro no Haiti. Ele explicou que, para evitar uma conflagração social e garantir a estabilidade daquele país – atingido por um terremoto no último dia 12 –, é preciso ampliar a presença da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (Minustah), chefiada pelo Brasil.

– Neste momento, governo e oposição estão juntos – declarou.

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), Azeredo mencionou ter visitado o Haiti

em agosto e que, mesmo antes do terremoto, o país já "vivia uma tragédia sem precedente".

Apenas 10% da população haitiana têm acesso à eletricidade, o abastecimento de água beneficia menos de 20% dos habitantes, o índice de desemprego é de 70% e a mortalidade infantil é de 69 por mil recém-nascidos, ressaltou. Além disso, o sistema de produção haitiano está destruído, principalmente no campo.



Eduardo Azeredo

– São componentes perfeitos para a conflagração social. É por essa razão que a presença da Minustah é necessária – afirmou.

O senador disse ainda que "há no Brasil bons batalhões de engenharia que podem ajudar na reconstrução do Haiti, como é o caso do Batalhão de Araguari".

Azeredo registrou ainda que o líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), reiterou o apoio da legenda ao aumento do contingente brasileiro.

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney

1º Vice-Presidente: Marconi Perillo

2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko

1º Secretário: Heráclito Fortes

2º Secretário: João Vicente Claudino

3º Secretário: Mão Santa

4º Secretário: Patrícia Saboya

Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra

Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

### SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita  
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

### AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327  
Chefia de Reportagem: Elina Rodrigues Pozzebom e Moisés Oliveira  
Edição: Nelson Oliveira e Sílvia Gomide

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Rafael Faria

Diagramação: Iracema F. da Silva

Revisão: André Falcão, Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Pedro Pincer

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: [www.senado.gov.br/jornal](http://www.senado.gov.br/jornal) - E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920



Maria do Carmo acredita que regras atuais favorecem a impunidade

## Penas aplicadas a médicos poderão ter gradação

As punições disciplinares aplicadas aos médicos pelos conselhos regionais de Medicina poderão ser diversificadas. Para a senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE), autora de projeto que prevê a medida, a legislação em vigor favorece a impunidade por não prever uma gradação entre a pena de suspensão do exercício profissional e a de cassação do diploma, e por não reconhecer a possibilidade de reabilitação do médico.

“Nossa opinião é a de que faltam penas intermediárias entre as atuais de suspensão da atividade profissional por 30 dias e de cassação definitiva do diploma – o que corresponde a uma verdadeira pena de morte profissional”, defende.

A proposta (PLS 437/07) altera a lei que dispõe sobre os conselhos de Medicina (3.268/57) e foi sugerida pela presidente da Academia Sergipana de Medicina, Déborah Pimentel. O projeto, que será relatado por Augusto Botelho (PT-RR), tramita na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), onde receberá decisão terminativa.

Exceto em casos graves que exijam aplicação imediata de penalidades de suspensão ou cassação do diploma do médico, a aplicação das penas deverá obedecer à gradação, determina a proposta. Após a advertência e censura confidenciais, feitas em aviso reservado ao profissional como determina a atual legislação, o projeto de Maria do Carmo inclui censura pública em publicações dos conselhos regional e federal de Medicina. Como requisitos de retorno à atividade profissional, estabelece participação e conclusão compulsória em curso de ética profissional promovido pelo Conselho Federal de Medicina, bem como em curso ou estágio de aperfeiçoamento ou especialização.

A proposta também altera o período de suspensão do exercício profissional. Hoje ele é de até 30 dias. Pelo projeto, passará a ser de até seis meses. A cassação do diploma pelo conselho federal continua sendo o último nível de punição do profissional.

O processo disciplinar, de acordo com a proposta, será instaurado no âmbito do conselho regional com jurisdição na área onde se desenvolverem as atividades profissionais do médico. Ao acusado são asseguradas as garantias do processo legal, como ampla defesa e contraditório. Caberá recurso a qualquer uma das penalidades no prazo de dez dias.

Proposta, considerada das mais polêmicas em exame na CCJ, proíbe o uso de cigarro, cigarrilha, charuto e cachimbo em recinto coletivo, privado ou público

# Decisão sobre maior restrição ao uso do fumo pode sair logo

A COMISSÃO DE Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deve votar, no início dos trabalhos, em fevereiro, um dos projetos considerados mais polêmicos em tramitação no colegiado no último ano. Trata-se de proposta que proíbe o uso de cigarros, cigarrilhas, charutos, cachimbos ou qualquer outro produto que produza fumaça, derivado ou não do tabaco, em recinto coletivo, privado ou público.

A legislação atual (Lei 9.294/96) admite o uso desses produtos “em área destinada exclusivamente a esse fim, devidamente isolada e com arejamento conveniente”, os chamados fumódromos. Mas o projeto (PLS 315/08), de autoria do senador Tião Viana (PT-AC), acaba com essas áreas.

A matéria constou da pauta de votações do colegiado em dezembro de 2009, mas a polêmica em torno do assunto adiou a sua votação. Durante a discussão da proposta, o plenário da CCJ ficou repleto de entidades, favoráveis e contrárias à proibição. Entre as que pediram a rejeição do projeto, estavam a Associação Brasileira de Gastronomia, Hospedagem e Turismo (Abresi), que chegou a distribuir um folheto que tinha como título “sim à restrição, não ao banimento”. Para eles, além de cercear a livre iniciativa, a proposta prejudica o faturamento do segmento de bares, restaurantes e hotéis em todo o país.

Representantes da Aliança de Controle do Tabagismo (ACT) também marcaram presença na CCJ para defender a aprovação do projeto. Para eles, a legislação que prevê a manutenção dos fumódromos em ambien-



Comissão de Justiça deve votar em fevereiro projeto de Tião Viana (ao lado) que acaba com fumódromos

tes fechados está defasada e vai de encontro à chamada Convenção-Quadro para Controle do Tabaco, que prega o banimento do fumo em locais públicos fechados. A entidade divulgou ainda estudos que comprovariam que todos os dias pelo menos sete não fumantes morrem no Brasil por problemas ligados ao fumo passivo.

## Alteração

A relatora da matéria, Marina Silva (PV-AC), propõe alteração de parte do texto que proíbe o fumo em ambiente fechado, público ou privado. Para ela, da forma como está a proposta, passa a ser proibido o uso do produto inclusive na residência do fumante.

Para Tião Viana, a proibição é o único meio de proteger os não fumantes da ação dos poluentes que decorrem da queima do tabaco. Ele lembra decisão da convenção-quadro, adotada pelos países que inte-



Genaldino Magela

gram a Organização Mundial da Saúde, em favor da adoção de medidas de proteção das pessoas contra a exposição à fumaça do tabaco em ambientes de trabalho, transporte coletivo e outros ambientes de uso coletivo. O senador também registra, na justificativa da sua proposta, pesquisa indicando que 88% dos brasileiros são contra o fumo em locais coletivos fechados.

Pelo projeto, que depois do exame da Comissão de Justiça será votado em caráter terminativo pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), a nova norma deverá entrar em vigor 180 dias após a publicação da lei.



Segundo Serys, apenas um quarto dos empregados tem carteira assinada

dida, dado que, mesmo assim, a maior parte dos domésticos – lançada na informalidade – permanecerá, ainda, ao desabrigo do seguro-desemprego. No entanto, não podemos abrir mão dessa exigência, sob pena de ameaçar o equilíbrio financeiro do Fundo de Amparo ao Trabalhador – afirmou.

O projeto será examinado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde aguarda designação de relator e, em seguida, vai à Comissão de Assuntos Sociais (CAS), para votação em caráter terminativo.



Para o senador, atuação do órgão será essencial para salvar vidas

## Colombo sugere centro de controle de calamidades

A Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor (CMA) analisará proposta do senador Raimundo Colombo (DEM-SC) para criar o Centro de Prevenção de Desastres Climáticos (CPDC), órgão federal destinado a emitir alertas nas situações de risco de calamidades e estabelecer canais de comunicação eficazes com a mídia, os municípios e sua população. Se aprovado, o projeto seguirá para a Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT), em decisão terminativa.

Segundo o PLS 490/09, o CPDC será uma estrutura centralizada para receber, analisar e transmitir informações geoclimáticas. Também vai tomar medidas preventivas nas situações em que houver risco de desastres ambientais.

O centro disponibilizará informações sobre nível e vazão dos rios, velocidade dos ventos e níveis pluviométricos, que poderão ser captados remotamente e transmitidos para análise em tempo real.

– Estamos na era da informação, sendo impensável que um município não seja prevenido de que, no município vizinho, acaba de passar um tornado ou de que o nível do rio está subindo muito. As tormentas com potencial destrutivo circulam por grandes áreas, o que deve ser objeto de monitoramento detalhado para detectar anormalidades – argumenta o senador.

Para ele, a informação é essencial para reduzir vítimas e danos, sendo um direito do cidadão ter acesso a todos os dados que a tecnologia possa dispor sobre potenciais calamidades ambientais.

Colombo afirma, ainda, que o site do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) menciona a criação de um “banco de dados para gestão de desastres naturais”, mas a informação é de 2006 e não foi operacionalizada.

Segundo o senador, a criação do CPDC permitirá que sejam emitidos alertas, levando as autoridades municipais e estaduais a tomarem providências concretas para proteger a população de maneira rápida.

– Embora a cooperação entre os entes federativos seja essencial, as tarefas locais devem ser assumidas pelos municípios, enquanto o órgão federal centralizará a análise dos dados, acionando as emissoras de rádio e TV para colaborar com o interesse público, divulgando com celeridade os alertas de calamidades que forem necessários – explica.